



SENADO FEDERAL
Gabinete Senadora Teresa Leitão

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, em articulação com a Comissão de Meio Ambiente, os desafios para uma educação comprometida com a justiça social e climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Educação (MEC);
- representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- representante do Conselho Nacional de Educação (CNE);
- representante do Fórum Nacional de Educação (FNE);
- representante da Presidência Brasileira Designada à COP30;
- representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);
- representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil se prepara para receber a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro de 2025. É uma oportunidade histórica, relevantíssima, para o Brasil reafirmar seu papel de liderança em relação às mudanças climáticas e sustentabilidade global.

Neste cenário, é imperiosa nossa compreensão de que não podemos mais negligenciar ou descuidar desta dimensão das mudanças climáticas e das transformações ambientais, em nosso país e em todo o planeta.



Precisamos fortalecer a dimensão socioambiental nas diversas políticas, mas a educação é central. Uma educação comprometida com a proteção da biodiversidade e com o desenvolvimento socioambiental sustentável é fundamental para a garantia da vida com qualidade no planeta. Não temos dúvidas de que a educação para a proteção ambiental – ou qualquer outra nomenclatura que utilizemos – é um estratégico meio para promover a transformação social, para a construção de um novo projeto societário sustentável e mais equilibrado.

Temos certeza de que reconhecemos a educação como um processo e instrumento essencial para a justa compreensão e consciente atuação nesses processos sociopolíticos em nosso país e no mundo, objetivando capacitar toda a população para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Importante destacar, neste contexto, a centralidade do Plano Nacional de Educação (PNE), em debate no Congresso Nacional, e suas repercussão nos planos estaduais, distrital e municipais correspondentes, em que precisamos promover e garantir uma política de Estado com consistente oferta de educação ambiental na perspectiva da sustentabilidade em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Ao nosso sentir, precisamos trabalhar, por exemplo, em uma política de formação dos profissionais de educação na área ambiental e, de igual modo, urge trabalhar para promover, de modo contínuo, a articulação e o estabelecimento de parcerias entre as secretarias municipais, estaduais e distrital da educação e do meio ambiente, com coletivos de educadores e jovens agentes ambientais, dentre outras lideranças e institucionalidades.

Nos parece muito salutar que aproveitemos o processo da COP 30 para estimularmos processos permanentes de debates e encaminhamentos, conferências nas escolas e universidades, públicas e privadas, em todo nosso país. De igual modo, nos parece necessário promover, incentivar e priorizar processos educativos de formação e de treinamento para planos de contingências e de enfrentamento de situações de emergência nesses eventos climáticos extremos e de crise ou catástrofes ambientais que ocorrem com cada vez mais frequência.

O Documento Final da Conferência Nacional de Educação, culminada em 2024 (CONAE 2024), apresentou relevantíssimos encaminhamentos nesta direção que precisam ser fortemente considerados pelo legislativo e pelos gestores de todas as esferas federativas.

Não há melhor momento, com a aproximação de uma potencialmente grande COP 30, para aprofundarmos estes debates e encaminhamentos sobre uma educação efetivamente comprometida com a justiça social, a proteção



da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta.

Por estas razões, pedimos a atenção, o apoio e o engajamento dos nobres parlamentares na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)

